

CENTRO UNIVERSITÁRIO BRASILEIRO - UNIBRA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA  
LICENCIATURA

FERNANDA PATRICIA SILVA DE BRITO  
JOÃO GUILHERME DO MONTE

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
ESCOLAR**

RECIFE/2022

FERNANDA PATRICIA SILVA DE BRITO  
JOÃO GUILHERME DO MONTE

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA  
VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA  
ESCOLAR**

Artigo apresentado ao Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA,  
como requisito final para obtenção do título de Graduado em  
Educação Física

Professor Orientador: Dr. Edilson Laurentino dos Santos.

RECIFE/2022

Ficha catalográfica elaborada pela  
bibliotecária: Dayane Apolinário, CRB4- 2338/ O.

B826i Brito, Fernanda Patrícia Silva de  
A inclusão de crianças com deficiência visual nas aulas de educação física escolar. / Fernanda Patrícia Silva de Brito, João Guilherme do Monte.  
- Recife: O Autor, 2022.  
29 p.  
  
Orientador(a): Dr. Edilson Laurentino dos Santos.  
  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro Universitário Brasileiro – UNIBRA. Licenciatura em Educação Física, 2022.  
  
Inclui Referências.  
  
1. Deficiente visual. 2. Educação física escolar. 3. Inclusão. I. Monte, João Guilherme do. II. Centro Universitário Brasileiro - UNIBRA. III. Título.

CDU: 796

*Dedicamos esse trabalho a nossos pais.*

*“Sonhos determinam o que você quer. Ação  
determina o que você conquista.”  
(Aldo Novak)*

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	12
2.1 A relação do deficiente visual no Brasil e no mundo.....	13
2.2. A Educação Física e a pessoa com deficiência.....	14
2.3 Inclusão do deficiente visual na Educação Física Escolar.....	16
3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO .....	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	24
6 REFERÊNCIAS .....	25
7 AGRADECIMENTOS.....	29

## A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Fernanda Patrícia Silva de Brito

João Guilherme do Monte

Edilson Laurentino dos Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** A inclusão de deficientes visuais no âmbito escolar vem se tornando mais comum ao decorrer dos anos e tendo ciência desse aumento significativo, dessa forma os profissionais licenciados devem estar capacitados para ministrar aulas e conteúdos programados. O objetivo geral deste estudo é examinar a parcela de deficientes visuais que praticam educação física dentro da escola e dessa forma ter um parâmetro cabível para organização das aulas escolares. O presente estudo foi elaborado através de Pesquisas Bibliográficas que se desenvolveu a partir de materiais já elaborados, como artigos científicos, revistas eletrônicas, livros e etc, fazendo-se necessário analisar as informações para descobrir incoerências utilizando fontes diversas, e utilizando com cautela para obter uma pesquisa bibliográfica com qualidade, tendo a vantagem de permitir ao investigador utilizar uma ampla quantidade de dados, baseando-se diretamente das fontes encontradas e foram feitas análises do material bibliográfico utilizado os artigos de maior relevância que atenderem aos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no período de 2010 até 2022, de língua portuguesa e inglesa. Por meio do estudo realizado tarefas da sala devem ser adaptadas de acordo com a necessidade da criança e precisam ser explicadas e contextualizadas, a fim de criar possibilidades para uma aprendizagem significativa, recorrendo, sempre que precisando ao uso do concreto. Se para qualquer criança da educação infantil essa é a condição imprescindível, para a criança com deficiência é vital. Tendo isso em vista as aulas de educação física são fundamentais para esse grupo porque abrangem as

perspectivas e necessidades dos mesmo através de atividades que levam benefícios e ajudaram cada aluno obter uma melhor qualidade de vida, tanto para superar desafios com que a vida oferece.

**Palavras-chave:** Deficiente Visual. Educação Física Escolar. Inclusão.

## 1. INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta um estudo acerca da Educação inclusiva, que se detém ao processo de ensinar e aprender no âmbito da educação inclusiva, buscando mostrara importância do ensino escolar na vida das crianças portadoras da deficiência visual.

O currículo escolar deve estar vinculado ao Projeto Político Pedagógico da escola, pois esse documento representa a identidade de cada instituição educacional (HEREDERO, 2010). Este tem como principal finalidade organizar e orientar as dimensões pedagógicas do processo educacional (SILVA, 2010).

Inclusão escolar é acolher todas as pessoas, sem exceção, no sistema de ensino. Segundo Maria Teresa Eglér Mantoan (2003), “Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada nem realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno segundo suas capacidades e seus talentos e de um ensino participativo, solidário, acolhedor.” À vista disso, o presente trabalho visa estudar o processo de inclusão escolar de alunos que possuem deficiência visual e a importância da acessibilidade para eles nas escolas a fim de garantir os direitos destes cidadãos.

De acordo com a legislação educacional brasileira, o aluno com deficiência tem garantido o seu direito a ter educação de qualidade no sistema regular de ensino. Esse direito está assegurado, entre outros documentos, pela Lei de Diretrizes e Bases, Plano Nacional de Educação, Decreto-lei 3298/1999, Decreto 186, de 2008, que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e também pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 1996; 1999; 2001b; 2008a; 2008b). Tais documentos descrevem que o aluno com deficiência tem direito à educação de qualidade no sistema regular de ensino, com a reestruturação das escolas e a capacitação profissional para o atendimento das suas necessidades educacionais.

De acordo com o Censo Escolar do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) de 2011, 80% das matrículas de alunos com deficiência se

encontravam nas escolas públicas, enquanto os 20% restantes estão nas escolas privadas. O censo também reafirmou a tendência de crescimento do número de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular, com incremento de 15,3%, de 2010 para 2011. Nesse âmbito, 95,2% das crianças de 6 a 14 anos com deficiência frequentam a escola. Os adolescentes com 15 anos ou mais e com alguma deficiência apresentam uma taxa de alfabetização de 81,7% (INEP, 2012). No entanto, frequentar o ensino regular ainda não é garantia de inclusão.

Atualmente, o conceito de inclusão educacional ultrapassa o atendimento das necessidades de alunos com deficiência, compreendendo o oferecimento de um ensino de qualidade para todos os alunos (BOOTH; AINSCOWN, 2002). A inclusão na escola perpassa pelo reconhecimento do conceito de desvantagem, relacionado ao prejuízo do indivíduo para exercer seus papéis sociais em decorrência de restrições no ambiente e de exigências da tarefa diante de suas necessidades individuais (AMIRALIAN et al., 2000). O reconhecimento da Pensar a Prática, desvantagem como fator principal no processo inclusivo permite que o professor reconheça as necessidades do grupo, promovendo adaptações na tarefa e no ambiente para a melhor participação de todos (MITTLER, 2003).

Pode-se subentender que os educadores reconhecem a diversidade humana e as diferenças individuais, e em razão disso, se deparam com a urgência de transformar o sistema educacional, a fim de garantir um ensino de qualidade para todos os estudantes. Então, a inclusão deve garantir a todas as crianças e jovens o acesso à aprendizagem por meio de todas as possibilidades de desenvolvimento que a escola oferece.

Todas as crianças com necessidades educacionais específicas (autista, com necessidade auditiva, visual, motora, etc.) possuem seus próprios desafios e requerem um atendimento especializado para lidar com eles no cotidiano escolar. Um profissional que trabalha com uma criança com cegueira tem que constantemente promover estímulos, condições de aprendizagem e recursos didáticos especializados, dentre outros, para não fazer com que o aluno (com deficiência visual) se torne passivo e sem motivação para aprender (POKER, 2017).

Para que consiga compreender a visão de mundo, além da família, os professores também possuem uma função importante. Em sua pesquisa sobre o

brincar e a mediação na escola, Navarro e Prodocimo (2012) destacam que no processo de aprendizagem o professor faz o papel de mediador como algo externo à brincadeira. Neste sentido, a escola também é fundamental, pois neste espaço é possível estabelecer mediação especializada pelos profissionais da área da educação, bem como realizar brincadeiras com intuito de aprender, mesmo sem que as crianças percebam.

A educação física oferecida aos deficientes visuais contribui no desenvolvimento de vários aspectos motores, sociais e emocionais, sendo assim, busca-se estudar qual a melhor forma de oportunizar a prática de atividades físicas aos alunos com deficiência visual havendo professores qualificados para realizar essas aulas. Através da atividade física pode-se melhorar o desempenho do indivíduo, mas para essa prática se tornar possível aos deficientes visuais, é necessário estudar atividades que sejam compatíveis com as suas deficiências, onde elas possam participar diminuindo suas dificuldades, contribuindo na melhora do seu desenvolvimento motor, afetivo e cognitivo.

A Educação Física, enquanto componente curricular obrigatório do ensino básico, pressupõe que os professores dessa área de conhecimento estejam comprometidos com a efetivação do processo de inclusão de estudantes com deficiência no ambiente escolar, modificando o currículo “sempre que” e “apenas quando” necessário (MUNSTER, 2013).

Nesse âmbito, é importante reconhecer que as relações instituídas nas aulas de EF entre o aluno com deficiência, seus colegas e os conteúdos curriculares devem ser analisados dentro de um contexto social amplo, reconhecendo valores, comportamentos e crenças construídas culturalmente. Dessa forma, o presente estudo busca analisar a participação de adolescentes cegos e com baixa visão nas aulas de EF no ensino regular e descrever as práticas esportivas realizadas nesse ambiente e em instituições especializadas para atendimento a pessoas com deficiência visual.

O principal objetivo desse estudo se resume em investigar a participação dos alunos deficientes nas aulas de educação física e verificar se há profissionais qualificados oferecendo ajuda necessária a esses alunos. Temos ainda como objetivos específicos: 1. Contribuir para a efetiva inclusão das crianças que possuem

deficiência visual, observando as peculiaridades dessa debilidade, seja ela: congênita, hereditária ou ocasionada por fatores externos; 2. Propiciar um ambiente que apresente direito pela igualdade, tendo uma educação igualitária, derrotando a exclusão social, aumentando as frequências nas aulas de EF, auxiliando a socialização do aluno com deficiência em sua classe escolar. 3. Observar a forma que o educador pode utilizar a motivação para envolver e estimular a aprendizagem de seus alunos portadores de necessidades educacionais especiais em suas aulas e nas demais;

Os professores das escolas regulares precisam aprender a ensinar a criança com deficiência visual, a brincar, interagindo com ela em seus movimentos, incentivando a ajuda dos colegas de classe, explicando o funcionamento dos jogos e suas regras, respeitando o tempo que cada criança terá para compreender e executar as atividades. As tarefas da sala devem ser adaptadas de acordo com a necessidade da criança e precisam ser explicadas e contextualizadas, a fim de criar possibilidades para uma aprendizagem significativa, recorrendo, sempre que precisando ao uso do concreto. Se para qualquer criança da educação infantil essa é a condição imprescindível, para a criança com deficiência é vital. O uso das miniaturas, por exemplo, vai ajudar a criança na formação da imagem mental e tridimensional dos objetos que o rodeiam para que a criança possa construir o seu próprio conceito sobre as coisas do mundo, formulando e reformulando hipóteses (BRUNO, 1993).

A postura do professor deve ser a de promover troca com os meios, ao mesmo tempo em que valoriza a autonomia e independência, sem negligenciar ou minimizar as limitações da criança. É importante refletir com a comunidade escolar (pais, professores, alunos, diretor, coordenador pedagógico e todos os demais envolvidos no cotidiano da escola) sobre a diversidade própria dos seres humanos, incentivando atitudes de solidariedade e cooperação, que atravessam a família, escola e a sociedade (Sacristan, 2002).

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

## **2.1 A relação do deficiente visual no Brasil e no mundo.**

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura emitiu um relatório de consenso sobre a educação de alunos com deficiência. A resultante Declaração de Salamanca, assinada por representantes de 92 países e 25 organizações, afirma que "as pessoas com necessidades educativas especiais devem ter acesso a escolas regulares" e que as escolas inclusivas tradicionais "são meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos".

A Declaração de Salamanca fez parte de um movimento global para a educação inclusiva e oferece diretrizes para ações nos níveis nacional, regional e internacional. A Declaração pedia que os governos promovessem, planejassem, financiassem e monitorassem programas de educação inclusiva dentro de seu sistema de ensino (UNESCO, 2009).

Entretanto, em 2003, a educação inclusiva tornou-se parte da agenda educacional do Brasil. Até então, a maioria das crianças e jovens com deficiência frequentava escolas especiais ou escolas com propostas baseadas no modelo de integração. O desenvolvimento de uma abordagem inclusiva robusta para a educação brasileira foi formalizado em 2008 por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. A política abrange orientações pedagógicas, formação de professores, disseminação de tecnologia de apoio e investimentos em acessibilidade, permitindo e fornecendo incentivos para que as escolas públicas efetivamente atendam os estudantes com deficiência. Como resultado, as matrículas de estudantes com deficiência em escolas regulares cresceu de 23%, em 2003, para 81% em 2015 (Instituição de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014).

A visão, como qualquer outro sentido, tem grande importância. Com nossos olhos e através do olhar conseguimos reconhecer pessoas e objetos e criar significados visuais para eles. Para muitos animais a visão é um sentido fundamental, através dele há a alimentação, a proteção, enfim, a sobrevivência de muitas espécies

depende enormemente da percepção visual RAPOSO (2010, p.155).

A Visão encontra-se em vários graus de possibilidades, desde a cegueira total até a visão perfeita. A cegueira pode ser de causa congênita ou hereditária.

A cegueira, ou perda total da visão, pode ser adquirida, ou congênita (desde o nascimento). O indivíduo que nasce com o sentido da visão, perdendo-o mais tarde, guarda memórias visuais, consegue se lembrar das imagens, luzes e cores que conheceu, e isso é muito útil para sua readaptação. Quem nasce sem a capacidade da visão, por outro lado, jamais pode formar uma memória visual, possuir lembranças visuais (GIL, 2000, p. 8).

Segundo o IBGE (2010) cerca de 6,2% da população brasileira tem algum tipo de deficiência, sendo ela intelectual, visual, física e auditiva. A visual atinge 3,6% dos brasileiros, tendo as pessoas com 60 anos ou mais num grau mais comum (11,5%). Ainda segundo a pesquisa, a limitação de grau intensa ou muito intensa impossibilita 16% dos deficientes visuais de realizarem atividades habituais como ir à escola, trabalhar e brincar.

## **2.2. A Educação Física e a pessoa com deficiência.**

Historicamente a Pessoa com Deficiência (PcD) era tratada como inferior a outras pessoas, sendo deixadas à margem da sociedade. Segundo Silva (1987) isso ocorreu desde a colonização do Brasil e perpassou por vários séculos. Durante esse período as Pessoas com Deficiência entraram numa categoria bastante subjugada da sociedade, sendo considerados os mais pobres dos pobres da população.

Para Figueira (2008, p.17) “as questões que envolvem as pessoas com deficiência no Brasil – por exemplo, mecanismos de exclusão, políticas de assistencialismo, caridade, inferioridade, oportunismo, dentre outras – foram construídas culturalmente”. Isso nos faz crer que a desconstrução de pensamentos excludentes demora a ser entendida, e que a construção de políticas e ações inclusivas de toda a sociedade têm sido feita de forma gradual, porém a passos lentos.

De acordo com a Legislação Educacional Brasileira, Lei Nº. 9.394/96 (LDB, art. 4º, III), está estabelecido que o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ser realizado, preferencialmente, na rede regular de 16 ensino

(BRASIL, 1996), esse direito está assegurado também em outros documentos, Decreto-lei 3298/1999, Decreto 186 de 2008 que aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, e também pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (CARVALHO, 1997), tais documentos descrevem que o aluno com deficiência tem direito a educação de qualidade no sistema regular de ensino, com a reestruturação das escolas e capacitação profissional para o atendimento das suas necessidades educacionais.

A Educação Física, ao longo da sua história, foi construída para formar pessoas fortes e preparadas para a guerra e o trabalho, e excluindo aqueles que tivessem limitações. Sendo que para os que possuíam algum tipo de deficiência, seja mutilado, cegos, com dificuldades locomotoras ou tendo algum tipo de deficiência como a intelectual, visual, auditiva, física era sempre, desde a antiguidade, deixada à margem da sociedade, sendo considerada uma pessoa incapaz.

O ensino regular da Educação Física na era Vargas, entre as décadas de 1930 a 1940, tinha uma ideia totalmente militarista e higienista, semelhante ao processo histórico da EF, que era utilizada para a formação de um corpo atlético, saudável e produtivo. Isso era evidenciado no artigo 27, letra b do decreto-lei 21241/38, e no item 10 da portaria 13, de 16 de novembro de 1938, do Ministério da Educação e Saúde que estabeleceu: "(...) a proibição de matrícula nos estabelecimentos de ensino secundário de alunos cujo estado patológico os impeçam permanentemente da frequência às aulas de Educação Física" CASTELLANI (2008, pg. 86). Ou seja, para a pessoa com deficiência visual a impossibilidade de reações visuais a tornava excluída da participação das atividades de Educação Física daquela época.

Só após a Segunda Guerra mundial que o olhar da sociedade para as pessoas com deficiência ganhou outro contraste, pois ela deixa de ser considerado um peso para as famílias e passar a ser considerados como heróis. Porque agora as pessoas com deficiência são vistas como aqueles heróis que sofreram sequelas e/ou alguma deficiência na guerra lutando pelo seu país. Com isso, abriram-se oportunidades para que a Pessoa com Deficiência ganhasse espaço no meio social com menos preconceito. E com a crescente preocupação da sociedade em relação às pessoas com deficiência, a demanda pela reabilitação deles começou a ser pensada com mais atenção dentro da Educação Física, foi aí que surgiu às chamadas ginástica médica

– que eram modelos de atividade física que visavam à correção e prevenção de doenças SILVA (1987).

Para que a inclusão de alunos com deficiência visual na escola principalmente nas aulas de educação física se torne uma realidade, é preciso muitas mudanças, pois a inclusão ainda não é uma realidade na maioria das escolas de hoje, tanto públicas como privadas. Para que ocorra a inclusão é preciso enfrentar muitas barreiras, começando pelo preconceito, seguido pela estrutura física e também a falta de profissionais qualificados para trabalharem com esta temática.

A escola é onde a criança passa a maior parte do dia, onde aprende a ler, escrever, fazem amizades, aprendem a conviver em sociedade. E é nesse contexto que deve haver a inclusão do portador de deficiência, onde se deve “acompanhar curiosamente o jeito sempre inusitado e mágico de cada um viver, de cada um vir a ser; no seu tempo e a seu tempo, cuidando, acolhendo, compartilhando diferentes jeitos de aprender” (CARVALHO, 2011).

### **2.3 Inclusão do deficiente visual na Educação Física Escolar.**

A disciplina de educação física é favorável para a inclusão de alunos com deficiência visual, pois nela é possível se trabalhar com vários conteúdos e formas totalmente adaptados, como por exemplo, jogos, brinquedos e brincadeiras adaptados que ao mesmo tempo em que permitem a inclusão tragam para os demais participantes a compreensão de conceitos relacionais, imprescindíveis para o combate à discriminação (PETTRY, 1988).

Ao desenvolver atividades físicas com portadores de necessidades especiais, como é o caso dos deficientes visuais, precisamos levar em conta alguns fatores importantes que influenciam no processo de aprendizagem, que segundo Cidade e Freitas (2002, p.30) são: “as características das tarefas motoras; as características do sujeito que aprende; a aprendizagem prévia; o contexto da aprendizagem; o tipo de informação, etc.”.

A importância social da Educação Física inclusiva está nas inúmeras possibilidades de práticas de atividades físicas que ela oferece, proporcionando aos alunos deficientes visuais que se descubram como indivíduo, como um ser que integra

a sociedade, e que tenha mais oportunidades em sua vida.

Na Educação Física os alunos deficientes visuais encontram através das inúmeras atividades práticas, os estímulos necessários para que possam desenvolver áreas que necessitam serem mais estimuladas, como o desenvolvimento motor, afetivo e social, também melhorar aquelas que já possuem alguma habilidade. Na escola, eles podem participar da maioria das atividades e jogos lúdicos, com as adaptações e os cuidados necessários. Isso deve levá-los a lidar com suas dificuldades, medos e incertezas, para assim conseguirem o êxito. Incluir na Educação Física significa então, desenvolver atividades que levem em consideração todas as limitações físicas, motoras, sensoriais, mentais, as potencialidades dos alunos, promovendo o melhor dele com os demais alunos da turma, através de atividades físicas.

No Parâmetro Curricular Nacional (PCN) do ensino fundamental I, um dos principais objetivos gerais do documento é fazer os alunos conhecerem e respeitar as diferenças e a pluralidade da cultura brasileira, entendendo que é importante o seu posicionamento contra "(...) qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais" (BRASIL, 1997, pg. 6). Entendendo esse ponto, é primordial saber que a escola e os professores têm importante papel para a quebra de preconceitos adotados aos estudantes com deficiência, criando um ambiente propício as diferenças individuais e com respeito mútuo entre todos os alunos. Com isso o documento cita:

A inclusão escolar constitui, portanto, uma proposta politicamente correta que representa valores simbólicos importantes, condizentes com a igualdade de direitos e de oportunidades educacionais para todos, em um ambiente educacional favorável. Impõe-se como uma perspectiva a ser pesquisada e experimentada na realidade brasileira, reconhecidamente ampla e diversificada (BRASIL, 1997, pg. 6).

Os professores de educação física devem compreender a importância que a prática de atividades físicas proporciona a essas pessoas com deficiências visuais e assim facilitar a participação esportiva desses alunos, realizando conversas com os outros alunos e pais, garantindo o desenvolvimento das habilidades motoras, mostrando aos alunos não portadores de necessidades especiais como se joga um esporte adaptado e trabalhando em conjunto com a escola.

### 3 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

O presente estudo será elaborado através de Pesquisas Bibliográficas, que segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica se desenvolve a partir de materiais já elaborados, como artigos científicos, revistas eletrônicas, livros e etc, fazendo-se necessário analisar as informações para descobrir incoerências utilizando fontes diversas, e utilizando com cautela para obter uma pesquisa bibliográfica com qualidade, tendo a vantagem de permitir ao investigador utilizar uma ampla quantidade de dados, baseando-se diretamente das fontes encontradas.

A pesquisa será realizada nas bases de dados eletrônicos SCIELO, PUBMED, SBV, acessadas através do site de busca Google Acadêmico, tendo um caráter exploratório e descritivo com base nos dados dos artigos científicos, dando continuidade as buscas em outras fontes de pesquisas. Serão utilizados os seguintes descritores: Deficiente Visual, Educação Física Escolar, Inclusão. Onde foram utilizados, os operadores lógicos AND, OR e NOT para auxiliar os descritores e os demais termos utilizados para localização dos artigos.

Faremos a análise do material bibliográfico utilizado os artigos de maior relevância que atenderem aos seguintes critérios de inclusão: artigos publicados no período de 2010 até 2022, de língua portuguesa e inglesa. Os critérios de exclusão serão artigos que não estiverem dentro do recorte temporal e não tiverem relação direta com o tema pesquisado.

A etapa de coleta de dados será realizada em três níveis, sendo eles: 1. Leitura exploratória do material selecionado (leitura rápida que objetiva verificar se as obras consultadas são de interesse do trabalho); 2. Leitura seletiva e sistemática (leitura mais aprofundada das partes que realmente interessam) e 3. Registros das informações extraídas das fontes em instrumento específico. Em seguida, realizaremos uma leitura analítica com a finalidade de ordenar e resumir as informações contidas nas fontes, de forma que as etapas possibilitem a obtenção de respostas ao problema de pesquisa.

#### 4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O presente estudo de revisão de literatura, que possui como título “A inclusão de crianças com deficiência visual nas aulas de educação física escolar”, forma encontrados (90) sobre a referida temática. Destes, apenas (3) correspondem aos critérios de inclusão previamente estabelecidos. Dados esses que são apresentados no quadro 1.

**QUADRO 1: RESULTADOS ENCONTRADOS NOS LEVANTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS.**

AUTORES	OBJETIVOS	TIPO DE ESTUDO	POPULAÇÃO INVESTIGADA	INTERVENÇÃO	RESULTADOS
OLIVEIRA (2014)	O trabalho aborda a estudar uma amostra de 02 instituições escolares de ensino regular do município de Santa Rosa – RS, sendo uma Municipal e uma Estadual.	Descritivo, qualitativo e de campo.	<p><b>Escola 1:</b> Possui quatro alunos (PDV), sendo participantes das aulas de EF inclusiva três</p> <p><b>Escola 2:</b> Possui três alunos (PDV), sendo que participantes das aulas de EF inclusiva três e um aluno afirmou o oposto.</p>	A intervenção foi realizada através de questionários aos próprios alunos, onde foi exercutado uma série de perguntas, sobre gostos pessoais, motivação dos colegas de sala e caso eles queriam mudar algo sobre as aulas de EF inclusiva (as perguntas foram feitas para as duas escolas).	Concluiu-se com o demonstrado na pesquisa, que há muito ainda a ser feito para a inclusão dos alunos portadores de deficiência nas aulas de Educação Física, sendo que se deve buscar a maior satisfação dos alunos, tornando-os participativos e integrados as aulas, realizando as mudanças necessárias.

RAMALHO (2017)	Este estudo se propôs a analisar e verificar as concepções de ensino, metodologias de trabalhos e as dificuldades e facilidades encontradas em professores, de três escolas da Rede Municipal da cidade de Niterói-RJ.	Qualitativo, do tipo descritivo, de intervenção.	A amostra foi composta por três professores, de três escola distintas da Rede Municipal.	Foram utilizados quatro critérios para a avaliação sendo eles: tempo de atuação na area de trabalho, experiencias anteriores com a EF inclusiva, especialização em educação especial e questionario avaliativo.	Conclui-se que o grupo de três professores tiveram experiencias divergentes em relação ao contato com a educação especializada, seja por conhecimento ou pelas vivências.
ALONSO; CARVALHO; ARAÚJO; SALERNO (2020)	Analisar a inclusão nas aulas de Educação Física Escolar na concepção dos alunos com deficiência visual.	Experimental com abordagem qualitativa.	A presente pesquisa foi realizada com dois alunos, o aluno 1 faixa etária de 15 anos (tendo autorização de seu responsável) e o aluno 2 com faixa eária de 25 anos ambos com deficiência visual do ensino médio da Rede Pública.	A intervenção aconteceu através de uma entrevista semiestruturada, gravada por áudio. A entrevista foi conduzida pelos pesquisadores em horários agendados, a questões abordadas foram sobre condição da deficiência, entrada e permanência na escola, sobre as aulas de EF e suas participações na mesma.	A primeira categoria de resposta - Instituição escolar – Atráves do relato aluno denominado P1 notou-se uma carência de acessibilidade, recaímos na próxima categoria mencionada – A participação na EF escolar, ambos os sujeitos afirmaram gostar dessa disciplina devido ao fato da pratica de esportes, Contudo afirmaram que os profissionais não estavam preparados para

					ministrar aulas voltadas a EF inclusiva.
--	--	--	--	--	--

**FONTE: Fernanda Patricia e João Guilherme, (2022)**

De acordo com o estudo de Oliveira (2014) Conforme relatou a professora responsável pelo AEE (Atendimento Educacional Especializado), o processo de inclusão na escola começou em 2007. Inicialmente muitos professores ficaram chocados, se perguntavam como iriam dar aula para alunos que não aprenderam como ensinar na faculdade, que estes alunos deveriam estar na APAE. Mas aos poucos a escola junto com as especialistas do AEE foi trabalhando com formações na escola sobre o tema “Inclusão”, tiveram a necessidade de primeiro sensibilizar os professores e fazer com que cada um tomasse como uma opção de vida, o trabalhar em sala de aula com alunos com necessidades especiais, compreendendo que a deficiência não limitava os mesmos em aprender apenas teriam que pensar que cada aluno era único, ter um novo olhar na sala de aula, que ela não é mais homogênea. Os dois primeiros anos foram de muita resistência pela dificuldade, aos poucos cada professor foi compreendendo que eles não seriam os prejudicados, e se organizou todo um planejamento individual a cada professor com o apoio pedagógico da especialista do AEE, planejando juntos, acompanhando as avaliações, enfim todo o processo, hoje se pode afirmar que ainda existem algumas dificuldades, mas não com o “aceitar”, “ensinar” e sim com o apoio dos profissionais da saúde onde muitas patologias requerem não só o atendimento na sala de AEE, mas sim uma rede de profissionais da saúde.

Oliveira (2014) investigou que as dificuldades iniciais apontadas por estes professores foram à inexistência de material, local e ambiente adequado para trabalhar e exercer as práticas desportivas com alunos portadores de deficiência visual. A dificuldade em incluir os alunos portadores de deficiência em suas aulas se mostrou principalmente em momentos onde foram necessários atendimentos individuais a estes, gerando, na opinião dos professores, prejuízo para os demais

alunos.

Ainda tratando do assunto sobre as dificuldades do professor na educação inclusiva, foi relatado que atualmente estes profissionais sentem insegurança mediante a avaliação e em momentos de atenção especial nas atividades realizadas. Sobre a questão de como fazem a inclusão dos alunos portadores de deficiência, perguntada em conjunto com a questão sobre as dificuldades em incluí-los em suas aulas, não houve uma resposta sobre o fazer inclusão, mas apenas sobre as dificuldades, demonstrando que a questão da dificuldade se sobressai a questão da ação inclusiva, os profissionais desta escola percebem as dificuldades existentes, mas não conhecem os meios de superá-la.

A inclusão de pessoas com deficiência (PcD) vem ganhando uma proporção maior conforme o passar dos anos, pois ficou mais evidente na atualidade que todas as pessoas têm direito a fazer o que está proposto nas leis e constituições, sendo assim, pessoas com quais quer tipo de deficiência tem o direito a inclusão, nas escolas de rede pública e privada não é diferente, eles devem contar com profissionais prontos para sanar todas as dificuldades de seus alunos e proporcionar aulas ministradas para que este grupo participe junto com os demais alunos de suas respectivas classes. A instituição deve promover e motivar seus alunos sem deficiência a interação social com as pessoas com deficiência para que as mesma estejam incluídas dentro de todos os programas institucionais como proposto pelo PPP.

Ramalho (2017) constatou que a concepção de Educação Física Inclusiva analisada entre os participantes recebeu respostas bem variadas, entretanto são concepções que tem uma proximidade com relação à Inclusão, e que fogem, historicamente, das barreiras impostas da Educação Física em relação às pessoas com deficiência. Com isso os professores tentam cada um a sua maneira, trazer possibilidades e elementos que façam de suas aulas cada vez mais inclusivas.

Contudo através da fala dos entrevistados, é importante analisar que os professores de Educação Física precisam fortalecer seus argumentos para estar mais bem preparado para o trabalho de uma inclusão de qualidade. Necessitando sempre reconhecer sua realidade e dos seus alunos, devendo estudar e buscar cada vez mais opções de abordagens para criar uma convivência harmoniosa entre todo o grupo frente às dificuldades encontradas nas aulas.(RAMALHO 2017)

Através das entrevistas que foram feitas entre professores, o embasamento teórico da Educação Física Inclusiva anda de mãos dadas com o professor, e isso evidencia um saber didático melhor para o trato com aluno com deficiência visual. É possível observar nos entrevistados a preocupação em fugir dos paradigmas da exclusão das pessoas com deficiência que figuraram na Educação Física por muito tempo, e de se aproximar de uma Educação Física Inclusiva e de qualidade. O estudo aprofundado do tema pelos professores se faz necessário para obter uma prática cada vez mais qualificada, mesmo sendo notório que ainda falta um longo caminho para percorrer para se ter uma Educação Física realmente inclusiva e de qualidade.

No estudo conduzido por Alonso, Carvalho, Araújo e Salerno (2020) que encontraram como base de estudo o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência visual nas aulas de educação física reflete momentos históricos, bem como percepções e conceitos sociais. Objetivaram analisar a inclusão nas aulas de Educação Física Escolar na concepção dos escolares com deficiência visual. A presente pesquisa foi realizada com dois alunos com deficiência visual do ensino médio da rede pública de Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS). Para iniciar a pesquisa, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), desenvolvendo-se em concordância com as normas do Comitê Ético sobre Experiências Humanas desta instituição.

Como procedimentos, inicialmente foi contatada a Secretaria de Educação do Estado do Mato Grosso do Sul (MS), que consentiu com a realização da pesquisa e forneceu o contato das escolas regulares de ensino médio das cidades de Campo Grande, MS, Brasil, que possuíam alunos com deficiência visual. Ao estabelecer contato com as instituições de ensino, convidando-as para o trabalho, houve o retorno e concordância de dois alunos em participarem do estudo, um com 15 anos, e outro com 25 anos. O Termo de Consentimento foi assinado pelo próprio aluno, no caso do participante maior de idade, e pelo responsável, no caso do participante com faixa etária inferior a 18 anos. Após leitura realizada pelo pesquisador, o menor assinou o Termo de Assentimento para a participação. (ALONSO, CARVALHO, ARAÚJO, SALERNO, 2020)

Alonso, Carvalho, Araújo, Salerno (2020) obtiveram como forma de coleta de dados, foi empregada uma entrevista semiestruturada com ambos, marcada em local

e horário indicados pelos participantes. A entrevista foi gravada apenas em áudio, em programa do notebook da marca Samsung, para posterior transcrição e análise. De acordo com Manzini (1990), a entrevista semiestruturada é uma forma de coleta de dados por meio da aplicação de um roteiro com perguntas ao participante referentes à temática principal a ser investigada, as quais podem ser complementadas por outras questões inerentes ao momento e ao contexto da entrevista. A entrevista foi conduzida pelos próprios pesquisadores em horários previamente agendados. As questões versaram sobre a condição de deficiência, sobre a sua entrada e permanência na escola, sobre as aulas de Educação Física e a sua participação nelas, bem como acerca da relação estabelecida com os colegas e professores.

Para a apreciação, os dados foram transcritos integralmente e, posteriormente, submetidos à análise de conteúdo, segundo proposta de Bardin (2011). Por meio dessa técnica, discursos diversificados foram analisados, buscando-se desvendar criticamente o que está oculto em cada fala, decompondo-os em categorias de elementos que apresentam significado para o tema estudado. Assim, três etapas foram desprendidas. Na primeira etapa, os pesquisadores realizaram uma pré-análise dos dados obtidos por meio de uma leitura exploratória das entrevistas transcritas; na segunda etapa, houve a exploração do material com a organização das principais ideias apontadas pelos respondentes; e na terceira etapa, o tratamento dos resultados com a interpretação das informações as categorizando. Com isso, quatro categorias foram elencadas para esse estudo, sendo a interação escolar, a participação na Educação Física Escolar, interação nas aulas e as mudanças necessárias conforme mostrou-se no quadro apresentado. (ALONSO, CARVALHO, ARAÚJO, SALERNO, 2020)

Diante desse quadro, estudos mostraram-se necessários para averiguar e orientar a implantação de uma Educação Inclusiva de qualidade aos alunos com deficiência visual.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir do estudo de revisão realizado, pode-se concluir que existe um forte embasamento alicerçado em publicações nacionais que elucidam com propriedade a inclusão de crianças com deficiência visual nas aulas de educação física escolar.

Ficou claro que a inclusão do aluno deficiente visual nas aulas de Educação Física, é algo a ser realizados em conjunto pelos alunos, pelos professores, profissionais da educação, pelos familiares e pela sociedade inteira. Não pode ser encarada como um problema individual de algumas pessoas, mas deve ser entendida como um desafio para todos. Falta ainda muita coisa a ser feita em prol da inclusão, mas, nessa longa caminhada, vê-se que está chegando cada vez mais perto de torná-la uma realidade para todos os que dela necessitam, buscando assim cada vez mais profissionais qualificados dentro das escolas.

Nota-se, por fim, uma maior necessidade dos estudos acadêmicos a respeito da inclusão na Educação Física Escolar para pesquisas em que haja um espaço que permita às próprias pessoas com deficiência expor o seu ponto de vista sobre esse processo, superando assim a tendência e as suas necessidades serem verificadas e expostas por terceiros.

## **6 REFERÊNCIAS**

ALONSO, E. Montenegro; CARVALHO, C. Lopes; ARAÚJO, P. Ferreira; SALERNO, M. Brasileiro. **Inclusão na educação física escolar na concepção dos escolares com deficiência visual**. Mato Grosso do Sul: Campo Grande, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Deficiência Visual. In: GIL, M. (org). **Cadernos da TV Escola**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, 2000. 80 p.: il. - (Cadernos da TV Escola. 1. ISSN 1518-4692).

BRASIL. Ministérios da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Lei n. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais; Educação Física/Secretária de Fundamental Educação Especial**. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministérios da Educação. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Brasília: MEC, 1999.

BRUNO, M. M. G. **O desenvolvimento integral do portador de deficiência visual: da intervenção precoce à integração escolar**. São Paulo: 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **A nova LDB e a educação especial**. Rio de Janeiro – RJ.

CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil: A história que não se conta**. Campinas, SP: Papirus, Ed. 15, 2008.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Demográfico de 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA: **Censo escolar da educação básica 2013**, resumo técnico, p.39. Retrieved from [http://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/censo\\_escolar/resumos\\_tecnicos/resumo\\_tecnico\\_censo\\_educacao\\_basica\\_2013.pdf](http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2013.pdf). (2014).

KATZ, J., MIRENDA, P. **Including students with developmental disabilities in general education classrooms: Social benefits**. (2002).

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** SP: Moderna, 2003.

MUNSTER, M.A.V. **Inclusão de estudantes com deficiência em programas de educação física: adaptações curriculares e metodológicas**. Revista da Sobama, Marília, v.14, n.2, p.27-34, 2013.

OLIVEIRA, N. F. Arruda. **A inclusão do deficiente visual nas aulas de educação física no ensino regular**. Rio Grande do Sul: Santa Rosa, 2014.

POKER, R. B. **Fundamentos e estratégias pedagógicas inclusivas: respostas às diferenças na escola**. Resenha de livro. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. Especial 3, p. 193-197, dez.2017.

PETTRY, R. M. **Educação Física e Alfabetização**. 3ª Edição. Porto Alegre – RS: Kuarup, 1988.

RAMALHO, P.V. Cardoso. **A deficiência visual nas aulas de educação física: Entendendo o trabalho do professor**. Rio de Janeiro: Niterói, 2017.

RAPOSO, Patricia Neves: RAPOSO, Erenice Natália S. **A pessoa com deficiência visual**. In: **Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar**. Diva

Albuquerque Maciel e Silvana Barbato (orgs). 2010.

SACRISTAN, J. G. **Educar e conviver na cultura global: as exigências da cidadania**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 3.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SILVA, Otto Marques. **A EPOPEIA IGONARADA: A Pessoa Deficiente na História do Mundo de Ontem e de Hoje**. CEDAS, 1987. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/130604275/A-Epopéia-Ignorada-Oto-Marques-daSilva-corrigido>>.

UNESCO: **Policy guidelines on inclusion in education**. Paris, France: Unesco. Retrieved from <http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001778/177849e.pdf>, (2009).  
GIL, João Pedro Alcântara; SCHEEREN, Carine; LEMOS, Helen Denise Daneres;

FERREIRA, Simone de Mamann. **O significado do jogo e do brinquedo no processo inclusivo: conhecendo novas metodologias no cotidiano escolar**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 1, n.20, p.75-88, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5109>.

GIL, João Pedro Alcântara; SCHEEREN, Carine; LEMOS, Helen Denise Daneres; FERREIRA, Simone de Mamann. **O significado do jogo e do brinquedo no processo inclusivo: conhecendo novas metodologias no cotidiano escolar**. Revista Educação Especial, Santa Maria, v. 1, n.20, p.75-88, 2002.

## **7 AGRADECIMENTOS**

Eu, Fernanda Patrícia, agradeço primeiramente a Deus por essa conquista, agradeço as minhas tias por todo apoio e incentivo desde o começo do curso e ao meu orientador Edilson Laurentino por ter dado todo apoio necessário para realização desse trabalho.

Eu, João Guilherme, agradeço à Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho. A minha mãe, minha avó, minha tia e minha namorada, que me incentivaram nos momentos difíceis e compreenderam a minha ausência enquanto eu me dedicava à realização deste trabalho. Ao professor Edilson Laurentino, por ter sido meu orientador e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.